

## **MINUTA DE CARTA CONSULTA**

### **PROFISCO II BAHIA**

#### **1. MARCO DE REFERÊNCIA**

##### **1.1. MARCO DE REFERÊNCIA / DIAGNÓSTICO**

###### **A. ASPECTOS GERAIS DO ESTADO**

O Estado da Bahia ocupa uma área de 564,7 mil km<sup>2</sup>, sendo o quinto estado em extensão territorial, representando 6,6% da área total do Brasil e 36,6% da extensão da região Nordeste. A maior parte do território baiano está inserida na região semi-árida. Esta região totaliza 391,6 mil km<sup>2</sup>, equivalendo a 69,3% do território baiano.

O Estado experimentou nos últimos anos um avanço no seu desenvolvimento, que lhe conferiu uma economia com perfil diversificada, oferecendo oportunidades de negócios nos setores de: petróleo, energia, petroquímica, mineração, automóveis, tecnologia da informação e comunicação, têxtil, bebidas, alimentos, agronegócios, biotecnologia, turismo e construção. Conta ainda com um parque industrial consolidado e uma logística projetada para instalações de novos negócios.

A Bahia é o 4º lugar em população, 6º em potencialidade de consumo e a maior economia do Nordeste, responsável por 1/3 do PIB da Região e mais de 50% das exportações. A indústria responde por 33% deste PIB e por mais de 80% das exportações baianas. A sua localização favorece as exportações para os principais mercados mundiais e a distribuição da sua produção para os nacionais, já que está no centro da América do Sul e da América Latina e faz fronteira com 8 estados da Federação.

A Bahia registra uma concentração de 70% da sua população nas áreas urbanas, o que amplia os desafios para o atendimento à melhoria da qualidade de vida nas cidades e gerou restrições a um processo mais equilibrado do desenvolvimento social, econômico e ambiental dos espaços nas cidades e na rede urbana estadual. Exemplo disso são os grandes problemas ainda existentes nas áreas urbanas do estado com relação ao fornecimento de bens públicos e serviços básicos para a população.

No contexto do seu planejamento plurianual a administração pública baiana investe continuamente no aprimoramento da sua gestão fiscal objetivando o incremento das suas receitas tributárias e a manutenção do seu equilíbrio fiscal, nesse contexto se desenvolve iniciativa que visa a contratação de financiamento para a implementação de Programa de Modernização da Administração Fazendária.

Os Quadros 1 e 2 resumem os indicadores demográficos do estado e os seus principais indicadores econômicos para o ano de 2017.

**Quadro 1:** Indicadores demográficos do estado da Bahia

Área (Km <sup>2</sup> )	564.733,08
Municípios	417
Distritos	871
População 2017 (Hab)	15.344.447
Grau de Urbanização	72,10%
População RMS 2017 (Hab)	4.015.205
Crescimento Populacional 2000 / 2010	0,7 % ao ano

Fonte: IBGE.

**Quadro 2:** Indicadores econômicos

PIB 2017* (R\$ milhões)	258.883.000,00
Variação do PIB 2016* / 2017*	0,40%
PIB per capita 2017*	16.871,45
IDH - 2010	0,66

Fonte: IBGE.

## B. SITUAÇÃO FISCAL DO ESTADO

### EQUILÍBRIO FISCAL

A lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal dos Estados (PAF), são os dois principais instrumentos de acompanhamento e de controle das finanças dos Estados e Municípios .

**Resultado Primário** – As metas para o resultado primário, estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para os anos de 2015, 2016 , 2017 e 2018 até agosto, foram fixadas em R\$ -1,25 bi (2015), R\$ -1,99 bi (2016), R\$ -2,42 bi (2017) e R\$ -936,36 milhão (2018), foram integralmente cumpridas. O Estado da Bahia apresentou déficit primário de R\$ -570,49 milhões em 2015, R\$ -1,12 bi em 2016, R\$ -843,06 milhões em 2017 e em 2018, até agosto, foi obtido um superávit de R\$220,83 milhões.

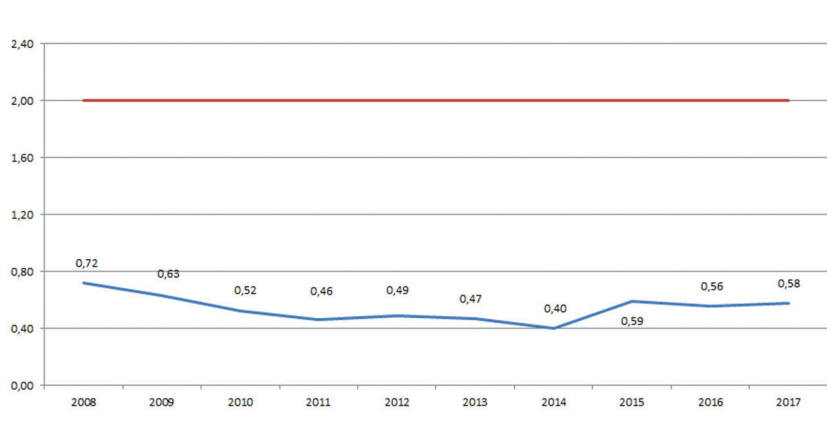
O Resultado Primário também pode ser avaliado em termos do PAF. No estado da Bahia, em razão da desaceleração da atividade econômica e do menor crescimento da receita observados nos últimos anos, a meta estabelecida para o exercício de 2017 admitia um déficit de até R\$ 1,65 bi, cumprindo-se a mesma ao se obter um resultado primário de R\$ -399 milhões.

**Despesas com Pessoal** – Em 2015 a Receita Corrente Líquida (RCL) do estado da Bahia foi de R\$ 27,21 bi, R\$ 28,71 bi em 2016, R\$ 29,93 bi em 2017 e de R\$30,89 bi em 2018 até agosto. A relação Despesa Líquida com Pessoal (DLP) pela Receita Corrente Líquida (RCL), segundo a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), atingiu um índice de 57,45% em 2015, 55,53% em 2016, 53,14% em 2017 e 57,48% até agosto de 2018.

**Dívida Pública** - A dívida dos estados brasileiros é monitorada com base em limites referentes a indicadores definidos principalmente na LRF, na Resolução SF nº 40, e no PAF.

Segundo a resolução anteriormente citada, a partir do final do exercício de 2016, a relação de Despesa Corrente Líquida sobre a Receita Corrente líquida - DCL/RCL apresentada pelos Estados e pelo Distrito Federal não pode ser superior a 2. No caso do Estado da Bahia, este limite é cumprido regularmente, podendo-se verificar o comportamento da relação ao longo do tempo no gráfico abaixo. Ao final do exercício de 2017, a participação da DCL na RCL foi de 0,58, resultado este proporcionado por uma DCL no montante de R\$ 17,23 bi e por uma RCL no valor de R\$ 29,95 bi. O crescimento da relação DCL/RCL a partir do exercício de 2015 tem como principais causas a desvalorização cambial, que ampliou a DCL, e a menor taxa de crescimento da RCL, decorrente da crise econômica nacional. O gráfico 1 apresenta a evolução da DCL/RCL nos últimos 10 anos.

**Gráfico 1:** Evolução da Relação DCL/RCL do Estado da Bahia 2008-2017

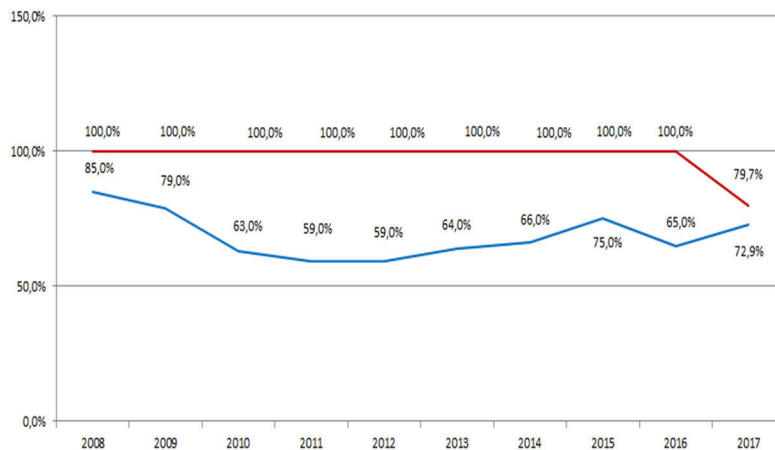


Fonte: Copaf/Sefaz.

No âmbito do PAF, até o exercício de 2016 o endividamento era avaliado por meio da relação entre a Dívida Financeira e a Receita Líquida Real, dois conceitos específicos àquele programa, sendo que esta relação não poderia ser superior a 100,0%. Entretanto, a partir do exercício seguinte, o PAF sofreu modificações e o indicador de endividamento passou a ser a relação

entre a Dívida Consolidada (DC) e a Receita Corrente Líquida (RCL), um indicador convergente em relação àquele da LRF, anteriormente comentado, porém mais restritivo, pois não exclui os haveres financeiros. Para o exercício de 2017, a meta estabelecida no PAF era limitar a relação a um máximo de 79,7%, cumprindo-se a mesma ao se obter uma relação de 72,9%, conforme apresentado no Gráfico 2.

**Gráfico 2:** Evolução da Relação DC/RCL do Estado da Bahia 2008-2017



Fonte: Copaf/Sefaz.

Nota: Até 2016 = Relação Dívida Financeira x Receita Líquida Real (%).

Em 2017 = Relação Dívida Consolidada x Receita Corrente Líquida (%).

## DESEMPENHO DA RECEITA

### RECEITA TRIBUTÁRIA

Em 2015, a receita tributária representou 50,06% da receita bruta, sendo o ICMS responsável por 80% deste valor, equivalendo a R\$15,64 bi no ano. O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) representou 10,42%, o IPVA e as taxas tiveram peso semelhante na receita tributária, sendo que o primeiro representou 4,5% e o segundo 5%.

No ano de 2016, o ICMS apresentou um crescimento de 5,02% em relação ao exercício anterior. Em valores nominais, o incremento foi de R\$ 785 milhões. Em 2017 o crescimento do ICMS foi de 8%, elevando-se em R\$ 1,33 bi. Até agosto de 2018 o ICMS apresentou um aumento de 7,45% (R\$ 867 milhões) quando comparado com o mesmo período de 2017.

### TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Em 2015 as transferências correntes representaram 27% da receita orçamentária bruta, perfazendo um montante de R\$ 10,87 bi. Nesse ano, as principais transferências correntes recebidas pelo Estado foram as provenientes da União, como o Fundo de Participação dos

Estados (FPE), representando 52% desses recursos, e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) com 26%. Também foram relevantes as receitas do SUS, com 14%, e do salário educação responsável por 1% do total das transferências correntes provenientes da União.

Em 2016, as transferências correntes brutas representaram 28% da receita orçamentária bruta, perfazendo um montante de R\$ 11,70 bi e em 2017 representaram 26%, com um montante de R\$ 11,68 bi.

Somando-se os valores recebidos de 2015 a agosto de 2018, as transferências correntes representaram 27% da receita bruta, sendo as participações mais importantes as do FPE (54%), FUNDEB (25,%) , SUS (12,%) e SALÁRIO EDUCAÇÃO (1%).

## **RECEITAS DE CAPITAL**

As receitas de capital responderam por 4% das receitas orçamentárias brutas contabilizadas em 2015. Analisando-se a receita bruta de capital por origem, verifica-se que a parcela mais significativa das receitas de capital advém de operações de crédito (65%). Essas operações representam a contratação de empréstimos e financiamentos com entidades estatais, instituições financeiras e fundos e, geralmente, são utilizadas para financiar investimentos públicos de interesse da população.

As receitas de capital representaram 4 % das receitas orçamentárias brutas de 2016 e, no ano, totalizaram R\$ 1,84 bi. Em 2017 a participação da receita de capital permaneceu inalterada em 4% das receitas orçamentárias brutas. Em 2018 até agosto, as receitas de capital representaram 2%, e totalizaram R\$ 696 milhões. No período de janeiro de 2015 a agosto de 2018, as receitas de capital representaram 4% do total da receita bruta.

## **DESEMPENHO DA DESPESA**

### **DESPESAS**

No ano de 2015, a execução da despesa orçamentária alcançou o montante de R\$ 39,43 bi, representando 88 % do total da despesa autorizada para o período - R\$ 44,80 bi. O valor total executado, que corresponde às despesas empenhadas, teve um crescimento nominal de 8,6% em relação a 2014.

No total executado, cabe destaque os gastos com pessoal encargos sociais e outras despesas correntes que, em conjunto, corresponderam a 82% do total da despesas no ano de 2015.

Em 2016 as despesas fixadas inicialmente nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram de R\$ 41,89 bi, passando para R\$ 48,83 bi, em virtude da abertura de créditos adicionais. Dessa

forma, do total autorizado, o Estado executou 87,6% das despesas, equivalente a R\$ 42,76 bi. Do total executado as despesas com a folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionista, somaram R\$ 19,33 bi, o que corresponde a 45,2% do total das despesas.

Em 2017 foi autorizado a execução de despesas em R\$ 50,69 bi. Desse total o Estado executou 90%, sendo que 44% corresponderam a despesas com a folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Outros 36% foram destinados às despesas com a manutenção dos serviços públicos. Os investimentos públicos somaram 6%, e o valor comprometido com a dívida pública chegou a 3%.

Analisando-se a participação dos valores aplicados em educação comparado com a Receita Líquida de Impostos, em 2017 foi aplicado 26,7%. Na área de saúde foi aplicado 13,3% da RLI.

Em 2018 até o mês de agosto, foi executado 63,5% do valor previsto da despesa atualizado, com um montante correspondente de R\$28,78 bi.

Analisando-se a participação dos valores aplicados em educação comparado com a Receita Líquida de Impostos, até agosto de 2018, foi aplicado 23,7%, e na área de saúde foi aplicado 12% da RLI.

**Previdência dos Servidores do Estado** – A Bahia possui um RPPS estruturado, com segregação de massas, fundo financeiro e fundo previdenciário, além de ter instituído em 2016 a previdência complementar para os servidores. Todo esse esforço tem por objetivo minimizar o impacto do déficit previdenciário nas contas públicas.

Assim como nos demais entes federativos, a previdência dos servidores públicos apresenta-se como uma das maiores limitações financeiras do Estado. Nos últimos cinco anos (2013/2017), as despesas com a previdência cresceram aproximadamente 53,9%, enquanto as receitas previdenciárias crescerem 16,7%, conforme demonstrado na Tabela 01.

**Tabela 01:** Variação da receita e da despesa previdenciária (2013/2017)

Exercício	Despesa R\$	Receita R\$
2017	6.732.072.454,78	3.355.203.034,89
2013	4.373.160.057,54	2.874.095.038,08
Variação	53,90%	16,70%

Fonte: Sistema FIPLAN Gerencial (FGWEB).

## INVESTIMENTOS PÚBLICOS

Os investimentos em 2015 totalizaram R\$2,29 bi representando 6% das despesas executadas. Em 2016 aumentou para 7,5%. A principal destinação foi para o programa de mobilidade urbana em Salvador, tanto nas obras do Metrô como nos corredores rodoviários da capital. Em 2017 os investimentos públicos realizados somaram R\$ 2,61 bi, representando 6% do total

das despesas executadas. Do valor total aplicado nos investimentos públicos em 2017, 41% foram direcionados à função Urbanismo, que corresponde aos investimentos realizados no sistema metroviário da capital.

## **AJUSTE FISCAL**

Para enfrentar as consequências da crise econômico-financeira vivenciada no país com forte reflexo nos estados da federação, incluindo o gerenciamento do déficit previdenciário, o Estado reduziu a sua estrutura em quatro secretarias, cortou cerca de dois mil cargos e implantou na Secretaria da Fazenda a Coordenação de Qualidade do Gasto Público, objetivando monitorar as despesas estaduais. Esta política proporcionou economia real de R\$ 1,2 bi com custeio. Foram ações necessárias ao equilíbrio das contas públicas, com o registro de que a Bahia segue pagando a folha de pessoal dentro do mês trabalhado, honrando os compromissos com fornecedores e mantendo a normalidade da prestação dos serviços públicos, além de consolidar-se no segundo lugar em investimentos nos últimos anos, atrás apenas do Estado de São Paulo.

### **C. PROJEÇÕES FISCAIS**

A receita tributária do Estado da Bahia prevista para os próximos exercícios é de R\$ 26,70 bi em 2019, R\$ 28,44 bi em 2020 e R\$ 30,32 bi em 2021, tendo o ICMS como a principal fonte de arrecadação do Estado, a exemplo do exercício de 2017, quando o imposto representou 80% da arrecadação estadual.

Quanto à receita total, o crescimento nominal esperado para o exercício de 2018 é de 7,8%, considerando a receita realizada de R\$ 45,26 bi em 2017. Para os próximos três anos, estima-se crescimento de 6,8 % em 2019, 6,5% em 2020, e 6,5% no ano de 2021.

A receita de ICMS prevista para os exercícios de 2018 a 2021 é de R\$ 21,89 bi, R\$ 23,36 bi, R\$ 24,9 bi e R\$ 26,54 bi, respectivamente. O crescimento nominal esperado para o exercício de 2018 é de 3,21%, considerando a receita realizada de R\$ 21,21 bi em 2017 e, para os próximos três anos, a estimativa é de crescimento de 6,8% para 2019, 6,5% para 2020 e 6,5% para o ano de 2021.

Em uma perspectiva de que nos próximos anos o Estado possa continuar ampliando e melhorando a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade, provavelmente, com menos recursos disponíveis, investimentos na área de odernização da gestão fiscal tornam-se imprescindíveis, uma vez que a contribuição para uma gestão pública mais eficiente depende da melhoria na qualidade da informação financeira, necessária para medir a eficiência do gasto estadual e seus resultados.

As informações financeiras complementares se encontram no Anexo Técnico 1.

#### **D. AVANÇOS E RESULTADOS ALCANÇADOS COM O PROFISCO**

O Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (Profisco/BA), contrato 2914/OC-BR, foi assinado em 17 de dezembro de 2013, com prazo de execução de cinco anos. Em 02 de agosto de 2018 por meio da Alteração Contratual Nº 1 o prazo original de desembolso foi estendido por mais um ano para possibilitar sua conclusão, tendo 77% do projeto executado e 90% dos recursos já comprometidos, com previsão de encerramento em 17 de dezembro de 2019. O projeto foi organizado segundo quatro componentes: I - Gestão Estratégica Integrada, II - Administração Tributária e Contencioso Fiscal, III - Administração Financeira, Patrimonial e Controle Interno e IV - Gestão de Recursos Estratégicos, cujos avanços e resultados mais expressivos são abaixo descritos.

O incremento da arrecadação do ICMS, que corresponde a 80% da receita tributária estadual, foi de 30% em termos nominais entre o ano de 2013, quando foi contratado o Profisco/BA, e 2017, período em que alguns produtos já se encontram em operação ou em fase de implantação já apresentam resultados positivos. O PIB Brasil nesse mesmo período cresceu 24% em termos nominais. Em que pese um cenário econômico desfavorável para o país de uma forma geral, e para um estado da região nordeste do país em particular, o desempenho da arrecadação do ICMS foi bastante satisfatório. No exercício de 2018, até o mês de outubro, o crescimento nominal da arrecadação do ICMS foi de 9,1% ou de 5,3% se corrigido pelo IPCA, bem superior ao PIB nacional projetado de 1,4% no ano, sem qualquer aplicação de REFIS ou anistia. Muitos fatores têm contribuído para o bom desempenho das receitas tributárias próprias, sendo que a modernização dos processos operacionais da administração fiscal certamente é um deles.

No componente Gestão Estratégica Integrada destacam-se, entre outros avanços, o desenvolvimento do Plano de Continuidade de Negócios da TI e a implantação de uma plataforma web que permitirá a sistematização da gestão dos contratos de concessão e PPPs – Parcerias Público-Privadas do Estado, previsto para junho 2019. Na Bahia os contratos de PPP somam, até o presente momento, R\$ 10 bi investidos nas áreas de saúde (diagnóstico por imagem, gestão do Hospital do Subúrbio, Instituto Couto Maia); concessão de rodovia (Ba-052), complexo esportivo-cultural (Arena Fonte Nova) e mobilidade urbana (Metrô).

No componente da Administração Tributária e Contencioso Fiscal o Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) foi criado pela Sefaz-Ba para funcionar como um canal direto entre o fisco estadual e contribuintes. Mais de 100 mil mensagens já foram enviadas, a exemplo de avisos, intimações, notificações e atualizações sobre atos administrativos, além de informações personalizadas sobre a vida fiscal da empresa, antes só fornecidas presencialmente. Apenas como exemplo, pode-se citar: (a) o desempenho de arrecadação das taxas de Incêndio e de Poder de Polícia (TPP) que cresceram 16,61%, em 2017 versus 2016, devido ao uso do DT-e;



(b) a partir de 2017 o uso da malha fiscal para os contribuintes inscritos no Simples Nacional para tratar de inconsistências encontradas nos cálculos relativos à antecipação tributária (Programa Antecipa) resultou na recuperação de R\$ 90,2 milhões anuais ou um incremento de 12,9% em ICMS recolhido, após cerca de 10 mil contribuintes terem sido informados via DT-e.

Previsto para 2019, o Portal IVA – Índice de Valor Agregado - permitirá a melhoria da relação da Sefaz com as prefeituras facilitando o acesso à informação do cálculo e do repasse do ICMS. Com os recursos sendo protocolados de forma eletrônica, o tempo hoje gasto nas tramitações via malote será reduzido e se dará com a utilização de certificado digital.

O PAF-e, com implantação prevista para 2019, permitirá um melhor acompanhamento dos processos administrativos fiscais estimando-se uma redução de 50% nos prazos de tramitação, facilitará o acesso às peças processuais e economia na geração, manutenção, no deslocamento e armazenamento de processos, transparência e agilidade uma vez que possibilitará o acesso, defesa, anexação de documentos pelas partes de forma virtual com uso do certificado digital.

A SEFAZ embarcou na tecnologia de análise e mineração de dados através da produção de vários painéis utilizando a ferramenta SAS Visual Data Discovery, tais como:

- (a) O Painel Escritórios de Contabilidade permite uma visão de contribuintes do Simples Nacional distribuídos por Escritórios de Contabilidade, além da verificação do cumprimento de suas obrigações fiscais, possibilita a obtenção de cenários do comportamento dos Escritórios de Contabilidade em relação ao cumprimento das obrigações tributárias por parte de seus clientes, tomando as ações fiscais mais assertivas, potencializando o uso dos recursos da SEFAZ, principalmente de tempo e mão-de-obra;
- (b) O Painel de Acompanhamento da Adimplência da EFD – Escrituração Fiscal Digital, implantado em novembro de 2017, está disponível na web, inclusive em tablets e smartphones, é atualizado semanalmente, quando são processados dezenas de milhões de documentos fiscais eletrônicos. Este painel visa o combate a inadimplência e a melhoria da qualidade dos dados declarados na EFD. Alguns resultados alcançados foram: melhoria da taxa de adimplência total, passando de 67% em jul/2017 para 87% em set/2018, redução da taxa de omissão com movimento, de 21% em jul/2017 para 7% em set/2018;
- (c) O Painel “Bom Dia Superintendente” apresenta o resultado do processamento dos eventos relacionados com o trânsito de mercadorias e também, de maneira secundária, produz subsídios a serem utilizados no processamento nos sistemas da Malha Fiscal Censitária e Antecipa. O painel compila mensalmente informações de aproximadamente três milhões de notas fiscais eletrônicas, registro de passagem de 40 mil veículos, monitoramento de 50 grupos de mercadorias nos postos fiscais, dentre outras.

Ainda no trânsito de mercadorias foi implantado o Canal Verde, a inspeção de veículo de carga em movimento, os Centros de Monitoramento de Transportadoras (CMT) e a Coordenação de Operações Estaduais da Fiscalização de Mercadorias em Trânsito (COE). Como principal resultado observou-se um incremento na ordem de R\$ 70,1 milhões na arrecadação através de lançamento do crédito tributário (Auto de Infração + Notificação Fiscal) entre os anos de 2015 e 2017.

No âmbito da gestão patrimonial destacam-se a requalificação da infraestrutura física de oito unidades fazendárias e a gestão eficiente da energia. Neste sentido uma consultoria especializada elaborou projetos básicos e executivos para a avaliação de viabilidade e implantação de centrais de geração fotovoltaica e medidas de eficiência energética nas principais unidades da SEFAZ. Está em implantação uma central com potência instalada de 324 kWp no prédio sede, situado em Salvador, que se traduz em 22 % de atendimento do consumo desta unidade.

No disciplina do Controle Interno foi implantada em 2016 uma metodologia de seleção dos órgãos e entidades a serem auditados baseada em análise de risco, com base em critérios de materialidade, criticidade e relevância. Uma consultoria desenvolveu, em conjunto com os técnicos da Sefaz, o novo Manual de Auditoria Governamental da Auditoria Geral do Estado (AGE) com foco em auditorias integradas, avaliação de riscos a partir do mapeamento do processo auditado e melhor sistematização dos trabalhos. A partir de 2017 foram realizadas quatro auditorias aplicando-se essa nova metodologia.

Um grande avanço na gestão do planejamento, contabilidade e finanças foi conquistado através do desenvolvimento de novos módulos no sistema FIPLAN, que propicia em um único ambiente funcionalidades que atendem desde os instrumentos de planejamento, passando pela execução orçamentária da despesa e receita, contabilidade e gestão financeira. Uma das principais motivações para a sua adoção foi viabilizar a aderência dos processos da área financeira aos parâmetros das Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP). Conforme diagnóstico realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Grupo de Gestores de Finanças Estaduais (GEFIN), o FIPLAN Bahia é considerado um Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAF de 3ª Geração, o mais alto estágio desses sistemas.

No componente da Gestão de Recursos Estratégicos pode-se destacar a implantação de um ambiente Data Center que hospeda diversas aplicações críticas para o negócio da Secretaria da Fazenda. Uma sala cofre, disponível durante 24 horas por dia, todos os dias da semana, 365 dias por ano (24 x 7 x 365), com área de 43 m<sup>2</sup>, certificada por entidade acreditada pelo Inmetro, com marca de segurança ABNT, segundo a Norma NBR 15.247, foi instalada em um novo edifício anexo projetado e adequado para este fim. A capacidade de armazenamento desse Data Center foi incrementada de 70 TB para 300 TB.

A aquisição de sistemas de servidores com tecnologia blade com ambiente de virtualização possibilitou o atendimento de diversas demandas de serviço ao contribuinte. A aquisição de um appliance de banco de dados trouxe ganhos significativos para o desempenho no processamento da Malha Fiscal Censitária, por se tratar de um hardware integrado com software específico para processamento de forma eficiente de grandes volumes de dados.

Uma nova solução de Network está em implantação e permitirá um salto de qualidade nos serviços de conectividade, aumentando a disponibilidade, a segurança e o desempenho da rede, inclusive via dispositivos móveis. O parque tecnológico foi modernizado pela renovação de aproximadamente um terço de computadores desktops e aquisição de certificados digitais, de modo a permitir que até metade dos usuários da Sefaz possa utilizar estes dispositivos para acessar sistemas e efetuar transações de forma segura.

A gestão de recursos humanos focou na capacitação com instrutoria interna e externa alinhados aos objetivos estratégicos da organização. Entre 2014 e setembro de 2018 foram realizados 840 eventos de capacitação, com de 14.146 horas e 15.057 conclusões.

Foi instalado um estúdio de gravação e vídeo-aula com a finalidade de produzir e editar vídeos corporativos e materiais multimídia de utilização da Sefaz. Dentre os diversos materiais multimídia produzidos destacamos as vídeo-aulas para EAD, tutoriais para sistemas corporativos, entrevistas e pronunciamentos para a TV Sefaz.

O projeto Qualidade de Vida Organizacional (QVO) desenvolveu a pesquisa diagnóstica na qual foram avaliados os fatores de bem estar e mal estar no ambiente de trabalho, além da análise da cultura organizacional, que trouxe uma clareza para a elaboração da política institucional de QVO, publicada em 22 de fevereiro de 2018.

## **E. DIAGNÓSTICO**

Em que pese os avanços propiciados pelos investimentos realizados com recursos do Profisco I a gestão fiscal estadual necessita continuar evoluindo nos seus processos como forma de enfrentar os desafios da crise econômica e facilitar a retomada da atividade econômica. Assim, com base em uma visão estratégica da organização desenvolvida em discussões estruturadas entre a alta gestão, dirigentes e técnicos, efetuou-se o diagnóstico das áreas da Sefaz, segregados de acordo com os eixos temáticos definidos para o Programa Profisco II.

## **GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Observa-se, no âmbito da governança pública, que as estratégias da SEFAZ podem alcançar uma maior efetividade. Alguns dos problemas identificados para o não alcance foram: (i) deficiências no planejamento estratégico institucional que guarda uma baixa aderência com o plano plurianual governamental, e que ainda não permite o monitoramento e avaliação dos resultados dos projetos ao longo da execução de suas etapas; (ii) deficiências na gestão de indicadores nos processos da SEFAZ e o método de acompanhamento das metas e resultados obtidos.

Na dimensão da gestão de pessoas identifica-se que: (i) o plano de capacitação da SEFAZ não é composto com base na metodologia de trilhas de capacitação; (ii) no que se refere à gestão do conhecimento, a instituição necessita desenvolver um modelo estruturado que permita o melhor acesso ao conhecimento produzido, a retenção deste e o estímulo à sua construção; (iii) a maturidade no uso da tecnologia e produção de conteúdo para EAD – encontra-se ainda em fase de baixa maturidade necessitando de um maior alinhamento com os novos processos da organização.

Com a edição da Lei 13.204 de 11 de dezembro de 2014, o controle interno passou a ter uma nova configuração com a criação das Coordenações de Controle Interno como unidades setoriais nas secretarias e a Auditoria Geral do Estado (AGE) assumindo um papel sistêmico adicionalmente às competências já estabelecidas. Esta nova modelagem organizacional visa possibilitar que a AGE possa direcionar seu foco de atuação para auditorias de desempenho e ações preventivas expandindo seu campo de trabalho e o potencial de serviços à sociedade. Assim, deve-se investir em novas ferramentas e metodologias de forma a instrumentalizar a AGE para desenvolver de forma mais efetiva sua nova missão. O portal Transparência Bahia, originalmente desenvolvido para divulgação de informações em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, tem sido agregado para atendimento aos requisitos da Lei de Acesso à Informação, porém ainda se apresenta incompleto e pouco amigável quanto à linguagem e à navegação devido a limitação das funcionalidades da linguagem técnica e formal do Portal da Transparência.

Na dimensão da gestão patrimonial são identificadas as seguintes deficiências: (i) instalações físicas do edifício sede obsoletas, que afetam a produtividade dos servidores e a qualidade do atendimento aos contribuintes e cidadãos; (ii) com base nos bons resultados a serem observados na unidade de geração fotovoltaica no prédio sede planeja-se expandir o uso dessa fonte alternativa de energia renovável para as demais unidades, como forma de redução de custos públicos e o uso de insumo de forma ambientalmente mais sustentável.

Apesar dos investimentos já realizados observam-se vulnerabilidades na infraestrutura e processos na área de TI, tais como: (i) ambiente tecnológico da SEFAZ BA ainda corre risco de momentos de indisponibilidade pela ausência de um ambiente de contingência, que permita

o seu funcionamento em situações de exceção; (ii) considerando o grande volume de dados manipulados decorrentes dos documentos fiscais eletrônicos (DF-e), em especial, a Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica (NFC-e), percebe-se a necessidade de atualização da infraestrutura tecnológica e de investimentos em ferramentas de BI/Analytics, que, com tecnologias como mineração de dados e inteligência artificial, permitirão uma análise mais adequada dessa massa de dados; (iii) no que se refere a Governança de TI, há a necessidade de formulação de um Plano Diretor de TI, alinhado aos objetivos estratégicos da SEFAZ e de mudanças de processos internos visando a melhoria da maturidade da gestão de seus serviços; (iv) com relação à sua arquitetura de sistemas, há a necessidade de atualização tecnológica de importantes sistemas que suportam processos estratégicos da organização, como no caso da Administração Tributária - SIGAT – Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária.

## **ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL**

Neste eixo deve-se considerar as grandes mudanças que estão ocorrendo na relação entre as administrações tributárias estaduais e os contribuintes devido à Transformação Digital. Impulsionados pela necessidade de mais receita, maior eficiência e melhor conformidade, em uma atmosfera de crises econômicas e com a conseqüente redução dos recursos, as administrações tributárias estaduais têm investido significativos recursos na coleta, processamento e análise de dados fiscais digitais. O desafio é conseguir utilizar de forma eficiente esses dados e transformar seus processos de trabalho para poder entregar à sociedade uma infraestrutura fiscal confiável, justa e sustentável.

De forma aderente a essa realidade nacional a SEFAZ Bahia define como suas diretrizes estratégicas: (i) o uso intensivo dos documentos fiscais eletrônicos, mediante a coleta, processamento e análise de uma quantidade vasta e em rápida expansão de dados fiscais digitais; (ii) uma abordagem universal do cadastro de contribuintes em substituição à abordagem amostral – malha fiscal censitária; (iii) o aumento da eficiência na alocação da força de fiscalização, ênfase na arrecadação espontânea, autorregularização (adoção de uma postura educativa, envolvendo o contribuinte na correção dos seus erros) e a concentração da ação fiscal temporalmente próxima ao fato gerador, como forma de reduzir o contencioso fiscal; (iv) simplificação das obrigações acessórias e redução do custo de cumprimento da obrigação fiscal pelos contribuintes; (v) atuação rigorosa na investigação e apuração dos crimes contra a ordem tributária.

Dado o contexto nacional e a visão estratégia estabelecida na Sefaz Bahia pode-se analisar o diagnóstico da Administração Tributária e Contencioso Fiscal conforme cinco temas ou dimensões que serão abordados nos parágrafos seguintes.

No tema de inteligência de negócio e planejamento da fiscalização pode-se citar: (i) não aplicação de metodologia nem ferramenta para a avaliação de risco fiscal como subsídio para

o planejamento e controle fiscal; (ii) a maturidade da gestão dos processos de gestão dos documentos fiscais e escrita fiscal eletrônicos atualmente atende apenas às operações da MDF-e, NFe, CTe e EFD; (iii) sabe-se do grande impacto que virá quando forem recebidos e processados a NFC-e, NF energia elétrica, BP-e - bilhete de passagem eletrônico e NF de telecomunicações; (iv) a comunicação com contribuintes de forma eletrônica se dá de forma unidirecional (fisco-contribuinte) informando-os sobre a não conformidade de informações; (v) o uso de tecnologias de análise e mineração de dados se encontra em fase inicial com a realização de poucos batimentos de dados e poucos usuário.

Na dimensão da gestão da fiscalização observa-se que: (i) a ação de fiscalização dos tributos, tanto preventiva quanto repressiva, não incorpora suficientemente o potencial do novo padrão tecnológico; (ii) apesar do avanço verificado com a incorporação da fiscalização digital (e-fiscalização) em seus processos, ainda se percebe deficiências na gestão das taxas, IPVA e ITD, tributos que de forma conjunta representam cerca de 9% da arrecadação tributária estadual;

Na dimensão de infraestrutura física das unidades da administração tributária, distribuídas geograficamente no estado, são identificadas deficiências que afetam o custo e a qualidade dos serviços fazendários prestados, dentre elas, destacam-se: (i) a despeito das requalificações de 8 unidades fazendárias realizadas no período de 2017 a 2018, ainda existe um conjunto de 6 unidades organizacionais, na capital e interior do estado, com estrutura precária para o desenvolvimento das suas atividades funcionais e atendimento aos contribuintes, com acessibilidade restrita e instalações inadequadas para uma integração com as tecnologias atuais; (ii) frota de veículos destinados às atividades finalísticas necessitarão de renovação parcial.

Na gestão do cumprimento das obrigações acessórias registra-se: (i) elevado custo de conformidade para o contribuinte cumprir suas obrigações. Com a implantação do SPED esperava-se automaticamente uma desoneração gradativa da necessidade de provimento de informações econômico-fiscais ao Fisco, todavia esse benefício ainda não foi produzido; (ii) deficiência na prestação de informações do Fisco aos contribuintes sobre a acuracidade de sua conta-corrente fiscal, sobre a regularidade de operações para transportadoras, contadores e sobre os processos administrativos fiscais com advogados.

No âmbito da atuação contra as fraudes estruturadas pode-se mencionar que apesar do investimento já aportado em ferramenta de gerenciamento de fluxo de processos de investigação no suporte às ações do CIRA - Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA), composto por SEFAZ, PGE, MP, SSP e TJ Bahia, que atua na investigação de fraudes estruturadas contra a ordem tributária, ainda há carências em metodologias e ferramentas de investigação forense.

Quanto ao processo de recuperação do crédito tributário destaca-se: (i) a complexidade da legislação do ICMS e a falta de uniformidade na interpretação e aplicação das normas

tributárias impacta na qualidade do crédito constituído levando a um alto índice de impugnação dos lançamentos; (ii) elevados estoques de processos, muitas vezes decorrentes de lançamentos realizados há muitos anos; (iii) parte significativa dos créditos inscritos em dívida ativa apresenta um perfil de não recuperabilidade, seja por vícios na sua constituição, seja pela lentidão do trâmite do processo na esfera judicial.

A gestão do atendimento ao contribuinte nas formas: presencial, via Internet ou Call Center apresenta deficiências relativas aos serviços de administração tributária pela obsolescência dos sistemas e hardware gerando reclamações dos usuários. O Portal da Intranet se apresenta desatualizado com páginas estáticas e baixa interatividade.

### **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO**

A SEFAZ necessita continuar o aprimoramento dos processos e do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças – FIPLAN Bahia, para isso, é preciso atuar nas seguintes questões: (i) deficiências nas integrações com sistemas: RH-Bahia, Conciliação Bancária, Dívida Ativa não Tributária, de Administração de Patrimônio, de Controle de Bens Imóveis, de Gestão da Administração Tributária, emissores de notas fiscais de serviço eletrônicas - NFS-e, especialmente com a Prefeitura Municipal de Salvador; (ii) falta de um modelo de gestão do conhecimento abrangente e documentação dos processos para as áreas de gestão orçamentária, financeira e contabilidade; (iv) limitações na produção de informações gerenciais.

A atual contabilidade ainda não reflete perfeitamente a situação patrimonial do Estado conforme o Manual de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (MCASP), devido: (i) a dificuldade dos ajustes em processos e no sistema FIPLAN quando da introdução de novos procedimentos contábeis e mudanças no plano de contas; (ii) carência de um melhor acompanhamento dos processos por parte dos sistemas de informação e normativos; (iii) precariedade no suporte técnico prestado às equipes setoriais de finanças e contabilidade de todos os órgãos da administração pública estadual; (iv) dificuldade na pesquisa e acesso às normas das áreas financeira e contábil.

No tema Gestão dos Passivos contingentes identificam-se as seguintes deficiências: (i) fragilidade no controle, na contabilização e no prazo de pagamento de processos judiciais (sentenças, precatórios e RPs) e nos registros relativos a depósitos judiciais; (ii) a falta de metodologia e de sistemática para a gestão de riscos fiscais.

Com relação à Dívida Pública, observam-se as seguintes deficiências: (i) desatualização tecnológica do SDP – Sistema de Gestão da Dívida Pública, ainda na tecnologia cliente x servidor; funcionalidade de contabilização da dívida; na consolidação das informações; (iii) na falta de integração com sistemas FIPLAN e ferramentas de BI.

O controle e a avaliação de impacto dos gastos públicos estaduais apresentam fragilidades relacionadas com a não sistematização das informações inerentes aos custos das unidades. O sistema de informação de custos ACPF, que se encontra em produção há cinco anos, ainda carece de uso mais eficiente pelos órgãos da administração pública estadual, agravado pelas dificuldades de uso pelos agentes que atuam nas unidades setoriais na validação dos dados. A ausência desses dados gera deficiências nos procedimentos de monitoramento e avaliação das políticas públicas com foco no gasto setorial o que dificulta a tomada de decisão.

## **1.2. MARCO DE REFERÊNCIA/SOLUÇÃO PROPOSTA**

Como resposta para enfrentar os problemas levantados pelo diagnóstico foram pensados os seguintes produtos e soluções, por componente.

### **GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

**Produto 1. Governança Pública e Gestão para Resultados Aperfeiçoada**, por meio de: (a) consolidação da gestão estratégica com a elaboração do planejamento estratégico da gestão fiscal, integrado com o plano estratégico estadual e desdobrado em planos operacionais; (b) da implantação de um sistema de monitoramento dos resultados por meio de indicadores de desempenho e de metas pactuadas; (d) da implantação de um modelo de excelência de gestão.

**Produto 2. Gestão de Pessoas Fortalecida** que contempla: (a) desenvolvimento de programas de capacitação técnica, comportamental e liderança com foco em resultados com base na metodologia de trilhas de capacitação; (b) Aprimorar o sistema de gestão da educação corporativa da Sefaz; (c) Ampliação do programa de EAD – Educação à Distância com incorporação de novas tecnologias; (d) implantação do programa de gestão do conhecimento.

**Produto 3. Controle Interno e Transparência Aprimorados** através das seguintes ações: (a) desenvolvimento de um sistema eletrônico que permita o aperfeiçoamento do monitoramento pela AGE das coordenações setoriais de controle interno; (b) aperfeiçoamento do portal Transparência Bahia para atendimento integral aos requisitos da lei de Acesso à Informação, inclusive com disponibilização de dados abertos; (c) incremento das ações do Observatório da Despesa Pública com o desenvolvimento de trilhas de auditoria e (d) portal de monitoramento do atos administrativos e financeiros do Estado.

**Produto 4. Gestão Patrimonial Melhorada** por meio da implementação das seguintes iniciativas: (a) requalificação do edifício sede SEFAZ; (b) implantação de unidade de geração fotovoltaica para geração distribuída de energia como forma de atender a todas as unidades fazendárias.



**Produto 5. Gestão da Tecnologia da Informação Modernizada** compreendendo: (a) implantação e operacionalização de um ambiente de continuidade operacional - site backup; (b) elaboração de Plano Diretor de TI; (c) revisão do modelo de governança de TI; (d) atualização da infraestrutura tecnológica, incluindo servidores, ativos de rede, segurança da informação, licenciamento de softwares, estações de trabalho e armazenamento - storage; (e) implantação de soluções de BI / Analytics / Big Data; (f) revisão do processo de desenvolvimento de sistemas com adoção de técnicas ágeis.

## **ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL**

**Produto 6. Planejamento e Execução da Ação Fiscal Aperfeiçoados** por meio de: (a) ampliação da capacidade de processamento e análise de quantidade vasta de dados fiscais digitais; (b) do aprimoramento da estratégia de comunicação com os contribuintes de forma eletrônica, via DT-e, com a implantação de fluxo de comunicação bi-direcional e suporte à autorregulização; (c) aprimoramento do modelo de gestão baseada em gerência de risco e (d) implantação de painel de gestão de indicadores; (e) requalificação de infraestrutura física de unidades operacionais da administração tributária; (f) renovação parcial da frota operacional de veículos.

**Produto 7. Novos Padrões Tecnológicos para Gestão da Ação de Fiscalização Incorporados** através de: (a) métodos e ferramentas de auditoria fiscal e contábil; (b) integração do sistema e-fiscalização com a PGE e Poder Judiciário; (c) produção de painéis de visualização da situação de cada processo ou conjunto de processos de uma unidade; (d) atualização tecnológica dos da administração tributária; (e) desenvolvimento de sistema integrado para a gestão das taxas estaduais, IPVA, ITD; (f) implantação de sistema de controle da compensação de débitos fiscais com precatórios e créditos fiscais.

**Produto 8. Redução de Custos para o Cumprimento das Obrigações Tributárias e Obrigações Acessórias Simplificadas** através de: (a) Utilização da EFD como base de referência, inclusive para a apuração do IVA para rateio de transferências correntes para municípios e produção de informações econômico-fiscais, para promover a extinção das declarações mensais DMA e DMD; (b) desenvolvimento de aplicativo para auxílio de contribuintes na emissão de documentos fiscais de forma assistida com a utilização de tecnologia de motor de regras; (c) desenvolvimento de aplicações na Plataforma Mobile; (d) implantação do módulo de controle de importação integrado ao Portal Único do Comércio Exterior e (e) integração do Sistema de Cadastro à REDESIM.

**Produto 9. Ações de Combate às Fraudes Estruturadas e Inadimplência Contumaz Fortalecidas** através da implantação de soluções de hardware, software e processos de trabalho de forma a aprimorar as ações da informática forense e o gerenciamento eficiente dos processos de investigação.

**Produto 10. Efetividade dos Recebimentos dos Créditos Constituídos Melhorada** por meio de: (a) implantação de sistemática para análise, acompanhamento do perfil da dívida e

probabilidade de recuperação do crédito, bem como estratégias de cobrança diferenciada por perfil de devedor; (b) implantação e automatização de régua de cobrança; (c) integração entre o módulo de gestão de cobrança do crédito tributário com PGE, cartórios e Junta Comercial e (d) implantação de painéis no BI que permitam a visualização fácil e multidimensional da situação do crédito constituído.

**Produto 11. Gestão de Atendimento ao Contribuinte Otimizada** que demanda: (a) atualização da plataforma de hardware e software; (b) Desenvolvimento de novas aplicações e serviços para melhorar a eficiência do atendimento aos contribuintes e cidadãos; (c) Desenvolver novo Portal da Intranet agregando novas funcionalidades.

## **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO**

**Produto 12. Execução Orçamentária e Financeira Modernizada** mediante: (a) implementação no ambiente do sistema FIPLAN de integrações, com revisão de fluxos de trabalho, com sistemas: RH-Bahia, Conciliação Bancária, Dívida Ativa não Tributária, de Administração de Patrimônio, de Controle de Bens Imóveis, de Gestão da Administração Tributária, emissores de notas fiscais de serviço eletrônicas; (b) desenvolvimento de novos painéis trabalhando as bases financeiras com tecnologia de mineração de dados; (c) implantação de um modelo de gestão do conhecimento e documentação dos processos para as áreas de gestão orçamentária e financeira.

**Produto 13. Gestão Contábil Aperfeiçoada** através de: (a) implantação de um modelo de gestão do conhecimento e documentação dos fluxos de processos de trabalho para a área de contabilidade; (b) implementação de uma solução tecnológica para o gerenciamento de bases de dados textuais; (c) implantação de uma nova sistemática para suporte às unidades setoriais de finanças e contabilidade contemplando o gerenciamento do atendimento, gestão de documentos eletrônicos, capacitação e plano de comunicação.

**Produto 14. Gestão de Ativos e Passivos Contingentes implantada** através de: (a) implantação de sistema para a Gestão Contábil de Sentenças Judiciais, Precatórios e RPVs, por meio da integração entre SEFAZ, PGE e Tribunais; (b) implantação de sistemática para a Gestão Contábil e Financeira de depósitos judiciais, bem como da sua aplicação; (c) implantação de uma metodologia de gestão de riscos fiscais.

**Produto 15. Gestão da Dívida Pública modernizada**, por meio de atualização tecnológica do SDP – Sistema de Gestão da Dívida Pública, integrando-o com o sistema FIPLAN e ferramentas de BI.

**Produto 16. Custos da Gestão Estadual fortalecido** através da melhoria da produção de informações como subsídios para o processo de decisão com: (a) implantação de novas funcionalidades e integrações do sistema ACPF com demais sistemas corporativos

incorporando novas funcionalidades para análise de custos e informações gerenciais do estado; (b) implementação de painel de custos visando facilitar a pesquisa e consultas de informações para suporte à decisão.

**Produto 17. Gasto Público Estadual aperfeiçoado** mediante as seguintes iniciativas: (a) redesenho dos principais processos críticos do Estado; (b) implantação do portal de qualidade do gasto; (c) capacitação dos agentes envolvidos.

Como resultados esperam-se:

a) alcançar 70% das metas traçadas no planejamento estratégico, melhorando a governança da Sefaz como um todo;

b) elevar o índice de governança de TI, conferindo padrões superiores nos processos de TI, na disponibilização dos serviços e na segurança da informação;

c) simplificar e reduzir os custos de cumprimento de obrigações fiscais, facilitando a vida dos contribuintes;

d) incrementar a arrecadação do ICMS, permitindo ao estado executar as políticas públicas em favor do cidadão;

e) ampliar o número de serviços públicos com custos apurados, mantendo o controle e a qualidade dos gastos públicos.

### **1.3. MARCO DE REFERÊNCIA/ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS (APG)**

As Orientações Estratégicas de Governo estão explicitadas no Plano Plurianual estadual, por meio do Programas 218 – Gestão Participativa.

## **2. PROJETO (UCP)**

**2.1. TÍTULO:** Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia -PROFISCO II/BA

**2.2. TÍTULO ABREVIADO:** PROFISCO II/BA

**2.3. MUTUÁRIO:** Estado da Bahia

**2.4. TIPO OPERAÇÃO:** Operação de crédito externo

### **2.5. PROJETO/OBJETIVO**

O objetivo do Projeto é contribuir para a sustentabilidade da gestão fiscal, por meio do aperfeiçoamento da gestão fazendária, da administração tributária e contencioso fiscal e da administração financeira e do gasto público, atendendo às diretrizes estratégicas estaduais.

São objetivos específicos:

- Melhorar o desempenho da gestão fazendária contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento e monitoramento de resultados, no controle interno, na gestão e capacitação dos recursos humanos, no planejamento e gestão da tecnologia da informação, na gestão do patrimônio, ao atendimento ao contribuinte e cidadão como também na transparência fiscal.
- Melhorar o desempenho da administração tributária e do contencioso fiscal, contribuindo para o aumento da arrecadação das receitas próprias, na simplificação e redução do custo para cumprimento das obrigações fiscais pelo contribuinte, no estímulo ao recolhimento espontâneo do tributo e autorregularização de declarações e a melhoria da recuperação dos créditos tributários constituídos.
- Melhorar o desempenho da administração contábil e financeira contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento financeiro, na convergência contábil, na racionalização e avaliação do gasto e na gestão de custos públicos.

## 2.6. PROJETO/INDICADORES

Descrição Indicador	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Linha de base	Meta
Alcance de metas do plano estratégico	Quantidade metas alcançadas / quantidade de metas pactuadas	Percentual	0	70%
Índice de governança de tecnologia da informação (iGovTI 2016/TCU)	Questionário de Governança de TI 2016/TCU	Pontos	0	Nível intermediário (0,5 <= iGovTI < 0,7) no final do projeto
Simplificação e redução de custos para cumprimento de obrigações fiscais	Quantidade de declarações extintas para cumprimento de obrigações acessórias para o contribuinte até o final do projeto	Qtde	0	2
Incremento da arrecadação do ICMS	Valor da arrecadação anual do ICMS no ano de término do projeto/valor da arrecadação do ICMS na linha de base (denominador corrigido anualmente pelo IPCA)	Percentual	Arrecadação do ano anterior ao início do projeto	13% de crescimento real e acumulado ao final do projeto
Ampliação do número de serviços públicos com custos apurados	Número de serviços públicos com custos apurados	Número	0	12

**2.7. PROJETO/COMPONENTES (UCP)**

<b>Componentes (C) e Produtos (P)</b>	<b>Valor (USD)</b>
<b>C - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL</b>	25.510.000
P.1. Governança Pública e Gestão para Resultados Aperfeiçoada	616.000
P.2 Gestão de Pessoas Fortalecida	2.445.000
P.3 Controle Interno e Transparência Aprimorados	580.000
P.4 Gestão Patrimonial Melhorada	4.268.000
P.5 Gestão da Tecnologia da Informação Modernizada	17.601.000
<b>C - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL</b>	13.707.000
P.6 Planejamento e execução da ação fiscal aperfeiçoados	5.402.000
P.7 Novos padrões tecnológicos para gestão da ação de fiscalização incorporados	6.499.000
P.8 Redução de custos para o cumprimento das obrigações tributárias e obrigações acessórias simplificadas	458.000
P.9 Ações de combate às fraudes estruturadas e inadimplência contumaz fortalecidas	406.000
P.10 Efetividade dos recebimentos dos créditos constituídos melhorada	569.000
P.11 Gestão de Atendimento ao Contribuinte Aperfeiçoada	373.000
<b>C - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO</b>	4.183.000
P.12 Execução Orçamentária e Financeira modernizadas	2.615.000
P.13 Gestão Contábil aperfeiçoada	390.000
P.14 Gestão de Ativos e Passivos Contingentes implantada	357.000
P.15 Gestão da dívida pública modernizada	193.000
P.16 Custos da Gestão Estadual fortalecido	255.000
P.17 Gasto Público Estadual aperfeiçoado	373.000
<b>C - GESTÃO DO PROJETO</b>	1.100.000
P - Monitoramento, avaliação e suporte ao Projeto	1.100.000
<b>Total Geral</b>	<b>44.500.000</b>

Observação: O quadro de Investimento Consolidado do PAI, que detalha os investimentos por Componente, Produto e Tipo de Recursos, se encontra no Anexo Técnico 2.

**2.8 - PROJETO/ETAPAS REALIZADAS**

Devido à natureza do Projeto proposto, este prescinde de ações de desapropriação, reassentamento, serviços de obras ou contratação de pessoal.

## 2.9. PROJETO/ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

Estadual/Sem detalhes

## 2.10. PROJETO/PÚBLICO ALVO

As ações aqui previstas deverão repercutir no conjunto da sociedade do Estado da Bahia, elevando sua capacidade de prover os serviços públicos, por meio do incremento do nível da receita própria e da melhoria da qualidade dos gastos públicos em bases sustentáveis.

## 2.11. PROJETO/BENEFICIÁRIO

Para a população, os resultados positivos estarão relacionados às melhorias na arrecadação, redução dos gastos e transparência fiscal, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da sociedade em geral.

Destaca-se, também, que o projeto beneficiará, além da Secretaria de Estado da Fazenda, distintos órgãos da administração pública estadual, tais como as Secretarias de Planejamento, Procuradoria Geral do Estado, bem como todos os demais órgãos da administração estadual, relativamente ao controle e apuração dos custos públicos.

## 2.12. PROJETO/GARANTIA DA UNIÃO

Sim

## 3. FINANCIAMENTO

### 3.1. FINANCIAMENTO/FONTE

Moeda de Referência: **Dólar americano**

Fonte Externa	Sigla	Moeda	Valor proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência
Banco Interamericano de Desenvolvimento	BID	US\$	US\$ 40.000.000,00	3,70	R\$ 148.000.000,00
Fonte Interna	Sigla	Moeda	Valor proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência
Contrapartida Financeira	CF	US\$	US\$ 4.500.000,00	3,70	R\$ 16.650.000,00
<b>Total</b>			<b>US\$ 44.500.000,00</b>		<b>R\$ 164.650.000,00</b>

### 3.2 FINANCIAMENTO/INDICAÇÃO DE CONTRAGARANTIAS

O Poder Executivo fica autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

**Opção selecionada:** Concordo







## 5. RISCOS

5.1. RISCOS/ATOS LEGAIS (não se aplica)

5.2. RISCOS/CONTRATAÇÕES (não se aplica)

5.3. RISCOS/DESAPROPRIAÇÕES (não se aplica)

5.4. RISCOS/IMPACTOS AMBIENTAIS (não se aplica)

5.5. RISCOS/MEIO AMBIENTE (não se aplica)

5.6. RISCOS/REASSENTAMENTOS (não se aplica)

5.7. RISCOS/OUTROS

## **INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DO MUTUÁRIO DEVERÃO SER ENCAMINHADAS DIRETAMENTE À STN.**

Coordenação de Relações e Análise Financeira de Estados e Municípios - COREM/STN/MF  
Fones: 61 3412-3042/3412-3043/3412-3168  
e-mail: [corem.df.stn@tesouro.gov.br](mailto:corem.df.stn@tesouro.gov.br)

A governabilidade da administração estadual sobre as ações do Projeto minimiza possíveis riscos de execução e outras externalidades que poderiam gerar impactos negativos sobre o desenvolvimento deste. As atividades previstas encontram-se harmonizadas com o PPA estadual (2016-2019) e, em consequência, com os objetivos, diretrizes, metas e prioridades traçadas pelo Estado.

## 5.8. EXECUÇÃO/CONTATOS

CPF: 237.909.975-87  
Nome: Rui Costa dos Santos  
Órgão: Governo do Estado  
Estado: Bahia  
Endereço: 5ª Avenida, Centro Administrativo da Bahia, 390 - Centro Administrativo da Bahia, Salvador – BA.  
CEP: 41745-005  
Cargo: Governador do Estado  
Telefone: (71) 3115-9456 Fax: (71) 3115-6352  
Celular: (71) 99961-6413  
E-mail: [governador@governadoria.ba.gov.br](mailto:governador@governadoria.ba.gov.br)

CPF: 337.193.655-49  
Nome: Manoel Vítório da Silva Filho  
Órgão: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia  
Estado: Bahia  
Endereço: Av. 2ª n. 260, CAB, Salvador, Bahia.  
CEP: 41745-003  
Cargo: Secretário de Estado  
Telefone: (71) 3115-2530  
Celular: (71) 99988-0219  
E-mail: [manoel.vitorio@sefaz.ba.gov.br](mailto:manoel.vitorio@sefaz.ba.gov.br)

CPF: 047.909.365-20

Nome: Luiza Amélia Guedes Machado Mello

Órgão: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia

Estado: Bahia

Endereço: Av. 2ª n. 260, CAB, Salvador, Bahia

CEP: 41745-003

Cargo: Superintendente de Cooperação Técnica e Financeira para o Desenvolvimento

Telefone: (71) 3115-2426

Celular:

E-mail: lmello@sefaz.ba.gov.br

CPF: 263.267.105-10

Nome: Maria Eugênia Taubert Liborio

Órgão: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia

Estado: Bahia

Endereço: Av. 2ª n. 260, CAB, Salvador, Bahia

CEP: 41745-003

Cargo: Coordenadora do Programa

Telefone: (71) 3115-2400

Celular: (71) 988469275

E-mail: mliborio@sefaz.ba.gov.br